

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS**  
**EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO**

**Editorial**

**Políticas Educacionais em Tempos de Mercantilização do Setor Público<sup>1</sup>**

**Maria Vieira Silva**

[mvieiraufu@gmail.com](mailto:mvieiraufu@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>

*Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Uberlândia, Brasil.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Brasil*

**Luciane Terra dos Santos Garcia**

[ltsgarcia@gmail.com](mailto:ltsgarcia@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-3089-4263>

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Rio Grande do Norte, Brasil.*

**Andréia da S. Quintanilha Sousa**

[andreia.quintanilha@ufrn.br](mailto:andreia.quintanilha@ufrn.br)

<https://orcid.org/0000-0002-4540-4020>

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte/  
Universidade Federal de Rondônia  
Rio Grande do Norte, Brasil.*

*Privatizaram sua vida, seu trabalho,  
sua hora de amar e seu direito de  
pensar.  
É da empresa privada o seu passo em  
frente,  
seu pão e seu salário.  
E agora não contentes querem  
privatizar o conhecimento,  
a sabedoria,  
o pensamento,  
que só à Humanidade pertence.*

Bertolt Brecht (1898-1956)

A epígrafe acima, extraída do poema “Privatizado”, de autoria do dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht, foi escrita há mais de sete décadas, no entanto, seu teor é atemporal e nos parece um expressivo emblema para caracterizar o tempo presente em razão da magnitude

---

<sup>1</sup> Apoio técnico da graduanda Letícia Cardoso Lourenço, bolsista do Laboratório de Políticas Públicas Educacionais.

deste fenômeno em diferentes âmbitos do tecido social. A privatização e a mercantilização são processos globais que se substantivam de múltiplas formas, em diferentes contextos. No campo da educação, a mercantilização se traduz como uma vertente que tende a transmutar este bem público do âmbito do direito para o do mercado. Tal processo ocorre mediante um movimento de redução do papel do Estado como provedor de bens sociais no contexto do sistema normativo neoliberal. De acordo com Chauí (2021, p. 37),

Podemos definir o neoliberalismo como alargamento do espaço privado dos interesses de mercado e encolhimento do espaço público dos direitos. Seu pressuposto ideológico básico é a afirmação de que todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorrem da presença do Estado, não só no Setor de Produção para o mercado, mas também nos Programas Sociais, donde se conclui que todas as soluções e todos os benefícios econômicos, sociais e políticos procedem da presença das empresas privadas no Setor de Produção e no dos Serviços Sociais.

Dessa forma, o neoliberalismo visa, entre outros objetivos, diminuir o espaço público, dinamizar o capitalismo, orientando a ação estatal no sentido da perpetuação do sistema. A concepção do Estado mínimo neoliberal para a área social abre espaço para a expansão das relações de mercado em áreas em que tradicionalmente predomina a ação estatal. Para legitimar essa prerrogativa, difunde-se o discurso ideológico da esfera privada como detentora de virtudes e benefícios em detrimento do público, considerado como atrasado, oneroso, sem flexibilidade.

Nessa concepção, deve-se compreender o capital como um modo de controle global da sociedade “que está ameaçando de maneira direta a humanidade” (Dardot; Laval, 2017, p.15) e o mercado como “portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república. Isso transparece claramente na substituição do conceito de *direitos sociais* pelo de *serviços*, que leva a colocar *direitos sociais* no setor de *serviços privados*” (Chauí, 2021, p.37, grifos da autora). Em outras palavras, a privatização neoliberal se refere à transformação de direitos em serviços privados vendidos e comprados no mercado. Löwy (1999, p.170) assevera que uma

das características centrais do neoliberalismo é fazer do mercado uma religião. A sacralização do mercado transformou-se numa vitória ideológica do neoliberalismo, talvez a maior delas. A lógica mercantil está sendo aceita como uma lei da natureza, como um dado inquestionável.

Sobre o caráter orgânico do capital, Laval (2019) afirma que o neoliberalismo não se manifesta apenas por meio de políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, de mercantilização das relações sociais ou da ditadura dos mercados financeiros. Trata-se fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que impõe a lógica do capital aos governos, à economia, à sociedade e ao próprio Estado, até convertê-los na forma

das subjetividades e na norma das existências. Ainda sob a perspectiva do autor, para o neoliberalismo, o Estado deve ser fonte de uma autoridade imparcial. Tal autoridade, de cunho essencialmente jurídico, deve promover a concorrência e “estabelecer equilíbrios naturais entre a poupança e os investimentos, a produção e o consumo, as exportações e as importações, uma vez que a intervenção estatal poderia arruinar a economia de mercado, alterando sua dinâmica” (LAVAL, 2019, p.156).

Nessa direção, a materialização dos princípios da doutrina neoliberal nas agendas governamentais e nos processos de reestruturação produtiva tem gerado profundas mudanças. Em nível macrossocial, tais processos se reverberam na diminuição ou extinção de políticas sociais, as remanescentes devem se referenciar na dinâmica do mercado livre enquanto dogma e reguladora dos novos cenários competitivos; no incremento do desemprego estrutural e na gradativa redução dos direitos sociais dos trabalhadores; no descrédito de tudo que é público e sacralização do mercado promovendo a constituição de novos paradigmas organizacionais.

O descrédito do público e a sacralização do mercado são condições para que mudanças estruturais sejam implementadas no próprio Estado, abrindo espaço para a redução de direitos sociais pela via da legalidade. Isso leva a que o Estado de direito seja abolido por dentro, cujos efeitos não só reduzem direitos sociais, mas também questionam a democracia.

Conforme Dardot e Laval (2016;2019; 2021), o neoliberalismo tem passado por uma perigosa metamorfose que encontra obstáculo no próprio Estado liberal e democrático, tendo em vista que foi o próprio neoliberalismo que mostrou que é “inútil esperar que o Estado ‘volte a encaixar’ a economia capitalista no direito republicano, na justiça social e mesmo na democracia liberal”(Dardot; Laval, 2017, p.15).

Os autores explicam que o novo neoliberalismo se nutre das reações negativas, que desencadeiam no plano político canaliza o “ressentimento de um amplo setor da população, falta de identidade nacional e de proteção pelo Estado, dirigindo-os contra bodes expiatórios” (Dardot; Laval, 2019). Dessa forma, se configura um “duplo processo de desfiliação política e de adesão a princípios etno identitários e autoritários” que têm levado a uma crise da democracia liberal-social e à ascensão de regimes autoritários e de partidos de extrema direita(Dardot; Laval, 2019). De fato, essas forças têm travado uma guerra contra aqueles que resistem à expansão da racionalidade capitalista e que se opõem às mudanças constitucionais favoráveis aos interesses das classes dominantes.

Necessário atentar que, em grande medida, desde a década de 1980, organizações de governança mundial têm atuado na defesa do mercado livre e do Estado mínimo

neoliberal. Essas concepções têm sido veiculadas de forma transversal e contínua em diferentes contextos sociais, transcendendo os Estados-nações, e se propagam por meio de vários mecanismos nas agendas governamentais.

A diversidade histórica, econômica e política dos países realça a importante distinção entre Estado e governo, assim, corroboram a assertiva de Dale (1988, p. 24) ao afirmar que o governo “é a parte mais ativa e visível do Estado, mas não é a sua totalidade”. A atividade estatal, portanto, não é neutra, mas é resultante do aparato estatal conduzido pelos detentores do poder e usado como seu instrumento.

Cabe ao Estado organizar as diversas frações de classe no poder que perseguem interesses próprios. Conforme analisam Dardot e Laval (2016, p. 20-21), “há uma guerra sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias (sem mencionar o Exército e a Igreja”. Ao Estado, mantendo delas relativa autonomia, cabe realizar as mudanças necessárias ao atendimento dos interesses das classes dominantes em disputa.

Para que os interesses particulares sejam vistos como os de toda a sociedade, o neoliberalismo precisa se fazer aceito pelos sujeitos, empregando diversos meios, entre os quais Dardot e Laval (2019) destacam “a propaganda dos meios de comunicação, a legitimidade pela ciência econômica, a chantagem e a mentira, o descumprimento das promessas, a corrupção sistêmica das elites, etc. Contudo, uma de suas alavancas preferidas é o recurso às vias da legalidade”. Por esses meios, entre outros, convence que é um único caminho a ser trilhado, tornando-se o remédio para as crises econômicas e sociais que ele próprio gera e aprofunda (Dardot; Laval, 2019).

As mudanças legais visam não só mudar a economia para “purificá-la das más ingerências públicas”, mas também “transformar profundamente a própria sociedade, impondo-lhe a força a luta tão pouco natural da concorrência e o modelo da empresa” (Dardot; Laval, 2016, p. 20-21). Para isso, é preciso enfraquecer as instituições e os direitos, utilizando técnicas de poder para orientar as condutas. Assim, “[...] a *governamentalidade* neoliberal escora-se num *quadro normativo global* que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos” (Dardot; Laval, 2016, p. 21). Concordamos, por conseguinte, com Dardot e Laval (2016, p. 21) quando defendem que o neoliberalismo “emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades que não podem ser reduzidas à expansão da esfera mercantil”.

O neoliberalismo produz, portanto, relações sociais assentes na continuidade da lógica excludente e individualista do capital, que visam conformar modos de pensar e agir. O que está em jogo é a nossa forma de existência, como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós próprios. O neoliberalismo “não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade” (Dardot; Laval, 2016, p.26).

As interpretações acerca do capitalismo enquanto ordem social institucionalizada precisam, portanto, conforme Fraser e Jaeggi (2020), captar a novidade a fim de não reduzirem as explicações à “lógica do capital” como se tratasse de um motor autônomo da história. Isso, na concepção de Dardot e Laval (2016, p. 22), reduziria a

história a uma repetição dos mesmos roteiros, com as mesmas personagens vestidas com novos figurinos e as mesmas intrigas situadas em novos cenários. Em outras palavras, a história do capitalismo nunca é mais do que o desenvolvimento de uma mesma essência sempre idêntica a si mesma, aquém de suas formas fenomenais e fases, e, no fundo, leva de crise em crise até a ruína final (Dardot; Laval, 2016, p. 22).

A análise do neoliberalismo, portanto, precisa ser plural, abrangendo, para além dos aspectos econômicos, suas dimensões políticas, sociais e subjetivas. Somente assim é possível buscar respostas aos questionamentos de Dardot e Laval (2016, p. 15): “como explicar a continuidade e a vitalidade dessas políticas que têm levado Estados e sociedades a crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves?” Como que essas mesmas políticas, há mais de trinta anos, “vêm se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para colocá-las em xeque?” (Dardot; Laval, 2016, p. 15).

Entre as respostas possíveis, entendemos que o neoliberalismo se vale de discursos ideológicos para encobrir seus efeitos e colocar-se como a única alternativa socioeconômica e política possível. Aliada à estratégia ideológica, o controle das subjetividades é primordial para a continuidade dessas relações. Isso demanda difundir valores e atitudes assentes na lógica do individualismo, da competitividade, da meritocracia, entre outros, que se encontram na base de reformas educacionais em curso em diversos países como parte do projeto de formação para a subordinação e para a exclusão.

Nesse sentido, há um espectro comum que aponta para a existência de uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação” (Dale, 2004; Souza, 2016), difundida por instâncias transnacionais de poder e assumida por Estados capitalistas. Com base nessa agenda, diversos Estados vêm implementando reformas estruturantes que afetam a organização dos sistemas educativos e das unidades escolares.

Souza (2016) resume alguns pontos dessa agenda globalmente estruturada para a educação: standardização da educação, fixando normas de desempenho com vistas à melhoria de resultados; focalização das políticas educacionais em objetivos centrais, especificamente numeracia e letramento; financiamento mínimo visando ao alcance de metas de aprendizagem; gestão empresarial nas escolas; políticas de *accountability educacional* vinculadas à avaliação de desempenho, bem como à responsabilização profissional e institucional. Essa agenda global tem pautado reformas educacionais em diferentes países, a partir da qual são definidos programas e ações de caráter supranacional mediante complexa teia de relações constituídas entre o Estado, os organismos sociais e o setor privado.

A implementação dessa agenda vem transformando a educação em um quase-mercado (Le Grand; Bartlett, 1993) que altera relações institucionais e interpessoais. O termo quase-mercado denota a introdução da lógica de mercado em áreas como a educação, onde tinha limitada atuação, constituindo um estágio intermediário entre a estrutura estatal e o típico mercado concorrencial, de modo que, sem que se transfira a propriedade das instituições educacionais públicas, insere-se a lógica da gestão privada (Souza; Oliveira, 2003). A hegemonia do Estado neoliberal privatiza a escola pública por dentro, visa modificar a gestão educacional e escolar, a organização do trabalho pedagógico, bem como a subjetividade dos sujeitos, enquanto alega induzir melhorias, nivela por baixo a qualidade educacional. Conforme alerta Ball (2014, p. 64),

[...] o neoliberalismo está “aqui dentro” bem como “lá fora”. Ao pensar sobre essas práticas, podemos pensar, também, sobre como estamos “reformados” pelo neoliberalismo, transformados em diferentes tipos de trabalhadores da educação, e como as mudanças endógenas em organizações do setor público tornam possível, ou seja, estabelecem as bases para a substituição exógena – a privatização –, em outras diferentes formas, de serviços de educação pública. Na sua forma mais visceral e íntima, o neoliberalismo envolve a transformação das relações sociais em calculabilidade e intercâmbios, isto é, na forma de mercado, e, portanto, a mercantilização da prática educacional – por exemplo, nas economias de valor aluno, por meio da remuneração por desempenho, gestão de desempenho.

De fato, a mercantilização e a privatização constituem-se pilares fundamentais do neoliberalismo difundidos na educação pública. Em outra obra, Ball e Youdell (2007) desenvolveram análises concernentes aos processos de privatização *na* e *da* educação mediante categorizações que caracterizam formatos da privatização em suas dimensões endógena e exógena.

Privatisation in Public Education or “endogenous” privatisation These forms of privatisation involve the importing of ideas, techniques and practices from the private sector in order to make the public sector more like businesses and more business-like. That is, things like choice, budget devolution, competition between schools, new managerialism, contract and competitive funding, performance management, and

## EDITORIAL

enterprise. Privatisation of Public Education or “exogenous” privatisation These forms or privatisation involve the opening up of public education services to private sector participation on a for-profit basis and using the private sector to design, manage or deliver aspects of public education. As we shall suggest later, this also extends to the privatisation of policy programmes and of policy itself through advice, consultancy, evaluations and research, and policy formulation and writing (Ball; Youdell, 2007, p.14).

Conforme as categorizações descritas, a privatização *na* Educação Pública, ou privatização “endógena”, envolve a importação de ideias, técnicas e práticas do setor privado a fim de tornar o setor público “mais como negócio”. Entre as estratégias assentes nessa lógica, destaca-se a escolha de escolas pelas famílias; a competição entre escolas; o novo gerencialismo; o contrato e o financiamento competitivo; o gerenciamento de desempenho e a educação empreendedora.

Por outro lado, a privatização *da* Educação Pública, ou privatização “exógena”, envolve a abertura da educação pública para a participação do setor privado com fins lucrativos para atuar na projeção, gerenciamento ou fornecimento de determinados serviços para a educação pública, como assessorias, consultorias, avaliações e pesquisa, além da formulação e da elaboração de políticas. Nesse formato, tem sido usual a contratação de materiais didáticos, assessorias para formulação de currículos e de sistemas de avaliação, processos de formação continuada de docentes e gestores, subcontratação de serviços, tais como transporte escolar, alimentação, limpeza, dentre outros.

Esses processos privatistas estão em consonância com a reconfiguração do papel do Estado, com a intensificação da incorporação da lógica neoliberal nas agendas governamentais e com a redefinição das fronteiras entre as esferas pública e privada. Tais processos estão interligados e transversalizam diferentes níveis das políticas educacionais, com alcance nos sistemas de ensino e nas unidades escolares.

A partir de diferentes enfoques e abordagens temáticas, esta edição especial da *Revista Paradigma*, intitulada “Políticas educacionais em tempos de mercantilização do setor público”, se propõe a contribuir para fomentar reflexões e análises de processos que fomentam a mercantilização da educação, os quais têm produzido mutações no sentido dos serviços públicos, particularmente na educação, reduzindo direitos e acesso aos bens sociais. As sínteses analíticas aqui disponibilizadas constituem-se importantes referências investigativas para pesquisadores da área de políticas educacionais e em um gradiente para a produção contra-hegemônica que analisa os colapsos provocados na educação pública. Assim, constitui-se um espaço para difusão de pesquisas que focam nas políticas educacionais implementadas, no

contexto da racionalidade neoliberal, em diferentes países.

No Brasil, estudos do campo educacional também têm revelado que há distintos processos de privatização. Peroni e Garcia (2020), em conjunto com seu grupo de pesquisa, demonstram a necessidade de aprofundar interlocuções com pesquisadores da América Latina, região marcada por intensas e históricas lutas pela constituição de Estados Democráticos.

A compreensão de que a relação público e privado no setor educacional precisa ser melhor entendida foi o que nos impulsionou a proposição deste Dossiê à *Revista Paradigma*. O processo de privatização da educação, no Brasil e nos países da América Latina, na atual etapa do capitalismo, precisa do nosso esforço de interlocução e análise, com consequente aumento da capacidade de construção crítica como forma de resistência. Nesse cenário altamente complexo, é necessário que a privatização do público seja analisada em diversas perspectivas, visto que, como escrevem Peroni e Garcia (2020, p. 1, grifos das autoras), apoiadas em Adrião (2018), ela tem ocorrido em diferentes

dimensões específicas embora conexas [...] A **privatização da oferta educacional** ocorre principalmente de três formas: financiamento público da oferta privada, crescimento da própria oferta privada e programas que financiam a escolha parental. A dimensão **currículo** implica atores privados se responsabilizando por insumos, produção e coordenação das atividades pedagógicas. A dimensão **gestão educacional**, por fim, implica desde a adoção de metodologias privadas de gestão por parte do poder público, delegação de responsabilidades a atores privados, ou mesmo transferência da gestão.

Essas diferentes dimensões estão em disputa e envolvem grandes corporações que vão desde a oferta de insumos, passando pelos sistemas privados de formação de professores até a produção e comercialização de plataformas e tecnologias diversas, como alertam Peroni e Garcia (2020) apoiadas em Borghi (2018). Ademais, as pesquisas que este dossiê apresenta reforçam que a gestão educacional e da escola são marcadas pela presença empresarial na implementação de programas que trazem tecnologias de gestão privada para as escolas e órgãos de gestão pública.

De fato, a privatização na educação básica e, especialmente, na educação superior, se configuram cada vez mais pela ação articulada de atores de base empresarial. Como demonstram as pesquisas apresentadas nesta Edição Temática, essa configuração incide na gestão, nos currículos da educação básica e superior, na formação de professores, na formação técnica e profissional, na produção e comercialização de plataformas e tecnologias diversas, bem como nos processos avaliativos implementados em sistemas nacionais e subnacionais de educação.

Esses artigos nos ajudam a compreender como as “comunidades educacionais” estão

problematizando e refletindo sobre esse contexto bastante adverso que atravessa a educação nos dias de hoje. Não somente no Brasil, mas em todos os países em que o neoliberalismo é hegemônico, existe a demonização do debate político coletivo, sendo necessário construir alternativas para consolidar uma educação democrática.

Como bem nos alertam Laval e Vergne (2023), a proposta de uma educação democrática passa por uma universidade democrática, entendida como capaz de preservar “a liberdade acadêmica desde as escolas maternas até o ensino superior” (Laval; Vergne, 2023, p.66). Para os autores, somente romperemos com essa ordem se nos confrontarmos com a “questão da revolução” e esta “revolução deve ser ao mesmo tempo democrática, social e ecológica” (Laval; Vergne, 2023, p. 9). Eles ainda asseveram que

Não se trata aqui de repensar a educação em função de um modelo de sociedade que seria perfeitamente conhecido em todos os seus detalhes. O tempo dos grandes modelos terminou e não podemos nos contentar com simples “reprises” das fórmulas passadas, comunismo, socialismo, anarquismo. Quanto aos encantamentos passadistas que idealizam a escola republicana, eles não têm nenhum uso positivo para pensar a essa educação democrática que as sociedades precisam[...]Imaginar em que deveria consistir a instituição da educação nessa democracia social e ecológica do século XXI é a tarefa coletiva [...](Laval; Vergne, 2023, p.9).

De fato, devemos todos contribuir para que a educação democrática e ecológica se torne realidade. Uma das tarefas que LavaleVergne (2023) nos sugerem é a “co-construção dos saberes” por meio de “instituições culturais autogeridas que se beneficiaram de todos os recursos humanos e intelectuais das instituições de ensino”(Laval; Vergne, 2023, p. 89).

Nada mais profícuo, portanto, do que uma revista divulgar resultados de pesquisas que criticam as políticas neoliberais e visam à construção de uma sociedade e de uma educação democrática em um contexto político bastante adverso.Nessa época histórica, precisamos defender a educação e a democracia como nossa “utopia realista” (Mészáros, 2004), a fim de propor a superação das contradições e dos perigos diante do potencial de autodestruição que o neoliberalismo emprega, afetando instituições, condutas e subjetividades.

Mészáros (2004) nos mostra que a busca pela superação de determinada ordem social deve estar consoante com a época histórica. A ordem neoliberal tem consolidado socialmente “[...] tendências destrutivas, hoje dominantes, de crescimento canceroso e acumulação de capital”, o que aponta para a necessidade de “remédios potenciais” no sentido da construção de uma sociedade qualitativamente diferente da atual. Escreve o filósofo húngaro:

[...] estamos falando das características de uma nova época histórica, e não dos acontecimentos mais ou menos efêmeros de uma nova conjuntura. [...]os remédios potenciais não podem se limitar a algum detalhe conveniente, no mesmo espírito do que parece ter funcionado no passado, como frequentemente se propõe. [...] Não podemos ter medo de defender o que Daniel Singer chama de “utopia realista”. Pois,

“se toda tentativa de mudar a sociedade, e não recomendá-la, é classificada com raiva e desprezo de utópica, então, transformando o insulto numa medalha de honra, devemos proclamar que somos todos utópicos” (MÉSZÁROS, 2004, p.16).

De fato, como assevera Mézáros (2004), é necessário identificar as características definidoras dessa nova época histórica visando definir potenciais remédios. Esses remédios devem apontar para um conjunto alternativo e sustentável de determinações fundamentais no sentido de buscarmos uma ordem social qualitativamente diferente da que prioriza a acumulação do capital em detrimento de vidas humanas. As acusações de utopismo fatalmente virão, mas não podemos ter medo de defender a “utopia realista”, de modo que, se os pesquisadores aqui reunidos forem assim rotulados, esse insulto, conforme aconselha o autor, deve ser considerado medalha de honra.

## Referências

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 18, p. 8-28, 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf> Acesso em: 22 out. 2020.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2014.

BALL, Stephen; YOUDELL, Deborah. **Hidden privatisation in public education.** Education International; Institute of Education, University of London, London, 2007. Disponível em: <https://www.ei-ie.org/en/item/25671:hidden-privatisation-in-public-education>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BARTLETT, Will; LE GRAND, Julian. The theory of quasi-markets. *In:* LE GRAND, Julian; BARTLETT, Will. **Quasi-Markets and social policy.** London: McMillan Press, 1993.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. Democracia e educação como direito. *In:* LIMA, Idalice Ribeiro S.; OLIVEIRA, Régia C. **Ademolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio.** Porto Alegre: Zouk, 2021, 524 p.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum:** ensaio sobre a Revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre *et al.* **A escolha da guerra civil:** uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. **Instituto**

**Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, jul. 2019 Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval#>. Acesso em: 03 out. 2021.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

HILL, Dave. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 24-59, jul./dez. 2003.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Petrópolis: Vozes, 2023.

LÖWY, Michael. Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal. Diálogo coordenado por Pablo Gentili, Luis Fernandes e Emilio Taddei. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo II**: que estado para que democracia?. Petrópolis: Vozes, 1999.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 18, p. 1-27, 2018a.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018b.

PERONI, Vera Maria Vidal; GARCIA, Teise. Diálogos sobre distintas formas de privatização: caminhadas de pesquisa sobre o tema. DOSSIÊ – Processos de privatização da educação em países latino-americanos. **Educ. Rev.**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/cKXvW66YDtVZbXmMzkNjrYq/#>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SOUZA, Ângelo R. de. A teoria da agenda globalmente estruturada para a educação e sua apropriação pela pesquisa em políticas educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 463-485, 2016. DOI: 10.21573/vol32n22016.63947. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/63947>. Acesso em: 9 set. 2023.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.

**Autoras**

*Maria Vieira Silva*

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas

Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia  
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Polis, Políticas, Educação e Cidadania  
mvieiraufu@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>

***Luciane Terra dos Santos Garcia***

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e  
Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação  
Linha de pesquisa na área da Educação, com ênfase em Política e Gestão Educacional  
ltsgarcia@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-3089-4263>

***Andréia da Silva Quintanilha Sousa***

Graduada em História pela Universidade Federal de Rondônia. Mestre em Educação pela  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Educação pela Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte.  
Professora Titular da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Professora permanente do  
Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN Lotada no Departamento de  
Fundamentos e Política da Educação da UFRN.  
Pesquisadora da Rede Universitas/Br  
Líder do Grupo de Análises de Políticas Públicas Intersetorial -GAPPI/UFRN  
[andreia.quintanilha@ufrn.br](mailto:andreia.quintanilha@ufrn.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-4540-4020>